



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PAUTA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
02º REUNIÃO ORDINÁRIA

05 DE MARÇO DE 2013

PROJETO DE AUTORIA DO TRIBUNAL DE CONTAS

01– PROJETO DE LEI nº 61/2013

Autor: Tribunal de Contas

Altera dispositivos da Lei nº 17.423/12, que regulamenta a concessão das gratificações de função e pelo exercício de encargos especiais.

RELATOR: DEP. ALEXANDRE CURTI

****NOTA SOBRE A LEI EM DEBATE:**

LEI 17.423/2012. Súmula: *Regulamenta a concessão das gratificações de função e pelo exercício de encargos especiais, nos termos do art. 172, I e VIII, c/c 174 e 178, e da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970, acrescenta e altera dispositivos da Lei nº 15.854, de 16 de junho de 2008, conforme especifica e adota outras providências.*

(...)

Art. 6º *Fica instituída a gratificação por hora-aula, conforme Anexo VII, nos termos dos arts. 172, VI c/c 179 da Lei nº 6.174/1970, ao servidor efetivo que atuar em eventos inseridos no Programa Anual de Capacitação da Escola de Gestão Pública, como facilitador da aprendizagem, na qualidade de palestrante, moderador, instrutor, tutor, orientador, coordenador técnico ou pedagógico, quando tais atividades não estiverem incluídas entre as atribuições do cargo.*

§ 3º *A gratificação de que trata este artigo não constituirá base para a incidência de contribuição previdenciária e não incidirá sobre férias e 13º salário.*

(...)

Art. 20. *Ficam criados 1 (um) cargo de Ouvidor de Contas, simbologia DAS-5, 4 (quatro) cargos de Diretor, simbologia DAS-2, 7 (sete) cargos de Assessor Administrativo de Conselheiro, simbologia DAS-3, 8 (oito) cargos de Assistente Jurídico do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, simbologia DAS-5, 1 (um) cargo de Assessor Técnico de Comunicação, simbologia DAS-3, 6 (seis) cargos de Assistente Jurídico de Gabinete de Auditor, simbologia DAS-5, 7 (sete) cargos de Assessor de Gabinete de Conselheiro, simbologia DAS-5, 6 (seis) cargos de Assessor Técnico da Inspeção de Controle Externo, simbologia DAS-5, e 1 (um) cargo de Chefe de Cerimonial, simbologia DAS-5, conforme descritos no Anexo II.*



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

MENSAGEM DO PODER EXECUTIVO

02– PROJETO DE LEI nº 20/2013 - Mensagem nº 02/13 – REGIME DE URGÊNCIA

Autor: Poder Executivo

Cria a Secretaria de Estado de Governo.

RELATOR: DEP. ADEMAR TRAIANO

03– PROJETO DE LEI nº 02/2013- Mensagem nº 01/2013

Autor: Poder Executivo

Institui as diretrizes básicas para a concessão de parcela compensatória de insalubridade ou de periculosidade no âmbito da administração pública direta e autárquica do Poder Executivo, inclusive as instituições de Ensino Superior do Estado.

RELATOR: DEP. FERNANDO SCANAVACA

04– PROJETO DE LEI nº 26/2013 - Mensagem nº 03/2013

Autor: Poder Executivo

Altera a Lei nº 11.721/1997, modificada pela Lei nº 14.584/2004, que autoriza o Poder Executivo a instituir o Programa Estadual de Transporte Escolar aos alunos da Rede Pública de Ensino do Estado.

RELATOR: DEP. WILSON QUINTEIRO

****NOTA SOBRE A LEI EM DEBATE:**

LEI N. 11.721/1997. Súmula: Autoriza o Poder Executivo a instituir o Programa Estadual de Transporte Escolar que terá como objetivo transportar alunos da rede pública de ensino do Estado do Paraná, conforme especifica e adota outras providências.

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a instituir o Programa Estadual de Transporte Escolar que terá como objetivo transportar alunos da rede pública de ensino do Estado do Paraná.

Art. 2º. Para execução do Programa de que trata o art. 1º, o Poder Executivo poderá firmar convênio com os Municípios do Estado do Paraná.

Art. 3º. Caberá ao Município a organização do roteiro e do transporte dos alunos, de acordo com a necessidade da região.

~~**Art. 4º.** O Estado repassará ao Município conveniado, recursos suficientes para financiamento do Programa.~~

~~**Art. 4º.** O Estado repassará aos Municípios, recursos suficientes para a execução do Programa.~~
~~*(Redação dada pela Lei 14584 de 22/12/2004)*~~

Parágrafo único. Uma Comissão constituída pelo Poder Executivo definirá o custo/aluno do Programa Estadual de Transporte Escolar, composta de 5 (cinco) membros, sendo 2 (dois) indicados pelo Governo do Estado, 2 (dois) indicados pela Federação das Associações de Municípios do Paraná e 1 (um) indicado pela Assembléia Legislativa.

~~**Art. 5º.** Os recursos de que trata o artigo anterior serão repassados através da Secretaria de Estado da Educação, até o último dia útil de cada bimestre do ano.~~



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça

Art. 5º. Os recursos de que trata o artigo 2º desta lei, serão repassados através da Secretaria de Estado da Educação até o último dia útil de cada mês, durante os 11 meses letivos.
(Redação dada pela Lei 14584 de 22/12/2004)

Art. 6º. Fica autorizada a abertura de crédito suplementar ao orçamento da Secretaria de Estado da Educação para dar atendimento às atividades do Programa.

Art. 7º. O Poder Executivo regulamentará a presente lei em até 60 (sessenta) dias a contar da data de sua publicação.

Art. 8º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

05– PROJETO DE LEI nº 29/2013 - Mensagem nº 06/2013

Autor: Poder Executivo

Dispõe sobre as medidas relativas à Copa das Confederações FIFA de 2013 e à Copa do Mundo FIFA de 2014 e aos eventos relacionados no Estado.

RELATOR: DEP. ADEMAR TRAIANO

06– PROJETO DE LEI nº 44/2013 - Mensagem nº 009/13

Autor: Poder Executivo

Altera o art. 21, da Lei nº 1.943/1954, referente ao Código da Polícia Militar do Paraná.

RELATOR: DEP. PEDRO LUPION

****NOTA SOBRE A LEI EM DEBATE:**

LEI 1943/1954. Súmula: Código da Polícia Militar do Estado.

Art. 21. São condições para o ingresso:

I - como oficial não combatente: aprovação em concurso;

II - como soldado:

a) ser brasileiro nato;

b) Ser reservista do Exército, da Marinha de Guerra ou da Aeronáutica Nacional ou ser portador de autorização do Comando da Região Militar;

c) ser alfabetizado;

d) ter comprovada moralidade;

e) ter capacidade física comprovada pelo serviço de saúde da Corporação; e

f) ter no máximo 30 anos de idade.

III - Como aluno do C.F.O.C.: a respectiva matrícula, na forma do Regulamento próprio.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

07– PROJETO DE LEI nº 45/2013 - Mensagem nº 010/13

Autor: Poder Executivo

Altera dispositivos da Lei Estadual nº 15.349/2006, que extingue na Polícia Militar do Paraná o quadro de oficiais de administração e cria o quadro especial de oficiais da Polícia Militar.

RELATOR: DEP. NEREU MOURA

****NOTA SOBRE A LEI EM DEBATE:**

LEI 15.349/2006. Súmula: *Extingue, na Polícia Militar do Paraná, o Quadro de Oficiais de Administração (QOA), cria o Quadro Especial de Oficiais da Polícia Militar (QEOPM) e adota outras providências.*

Art. 9º. *O acesso ao primeiro posto do QEOPM dar-se-á mediante aprovação em Curso de Habilitação específico, com duração de 2 (dois) anos.*

Art. 10. *O ingresso no Curso de Habilitação previsto no artigo anterior dar-se-á mediante concurso seletivo interno, ao qual poderão concorrer todos os Subtenentes, Primeiros Sargentos, Segundos Sargentos, Terceiros Sargentos, Cabos e Soldados graduados em curso de nível superior.*

08– PROJETO DE LEI nº 48/2013 - Mensagem nº 011/13

Autor: Poder Executivo

Autoriza o Poder Executivo a custear as despesas dos conselheiros integrantes do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente e do Conselho Estadual de Assistência Social.

RELATOR: DEP. CAITO QUINTANA

09– PROJETO DE LEI nº 49/2013 - Mensagem nº 012/13

Autor: Poder Executivo

Altera a redação do inciso IV do § 3º do Art. 1º da Lei Estadual nº 16.244/2009, para excluir a exigência de apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas aos Convênios, acordos ou ajustes celebrados com entidades sem fins lucrativos e declaradas de Utilidade Pública.

RELATOR: DEP. PEDRO LUPION



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

10– PROJETO DE LEI nº 50/2013 - Mensagem nº 013/13

Autor: Poder Executivo

Cria no âmbito da Secretaria de Estado da Justiça, cidadania e direitos humanos, o Conselho Estadual de Políticas Públicas sobre drogas.

RELATOR: DEP. PASTOR EDSON PRACZYK

PROJETOS COM EMENDAS DE PLENARIO

11–PROJETO DE LEI nº 344/12

Autor: Dep. Gilberto Ribeiro

Dispõe medidas de atendimento para que as empresas prestadoras de serviços de TV a cabo situadas no Estado do Paraná mantenham escritórios regionais nas Microrregiões para atendimento pessoal.

RELATOR: DEP. PASTOR EDSON PRACZYK

12–PROJETO DE LEI nº 491/12

Autor: Dep. Gilberto Ribeiro

Insera no Calendário Oficial de Eventos do Estado o "Dia da Valorização do Militar Estadual Paranaense", a ser comemorado anualmente em 22 de Outubro.

RELATOR: DEP. NEREU MOURA

13–PROJETO DE LEI nº 520/12

Autor: Dep. Mara Lima

Reconhece o Festival de Música Gospel “Louvores do Rei” no Município de Porto Amazonas..

RELATOR: DEP. WILSON QUINTEIRO



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

14–PROJETO DE LEI nº 558/12

Autor: Dep. Gilberto Ribeiro

Inserir no Calendário Oficial de Eventos do Estado, o Dia do Repórter Policial, a ser comemorado anualmente em 31 de Outubro.

RELATOR: DEP. TERCÍLIO TURINI

PROJETOS DE LEI EM 1ª DISCUSSÃO

15–PROJETO DE LEI nº 593/12

Autor: Dep. Anibelli Neto

Institui a Semana de Conscientização e Proteção dos Direitos dos animais no Estado.

RELATOR: DEP. FERNANDO SCANAVACA

16–PROJETO DE LEI nº 582/12

Autor: Dep. Paranhos

Obriga as Concessionárias de Pedágio a instalarem Sistema de Vigilância permanente que monitore as entradas e saídas dos postos de combustíveis às margens das Rodovias.

RELATOR: DEP. WILSON QUINTEIRO

17–PROJETO DE LEI nº 578/12

Autor: Dep. Paranhos

Obriga as empresas operadoras de serviço de telefonia móvel a instalarem e manterem bloqueadores de telecomunicação, para telefones celulares e radiotransmissores, nos estabelecimentos prisionais.

RELATOR: DEP. ALEXANDRE CURI



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

18–PROJETO DE LEI nº 559/12

Autor: Dep. Douglas Fabricio

Dispõe sobre a obrigatoriedade de asilos, casas de repouso, creches e pré-escolas públicas ou privadas, a instalarem e manterem em funcionamento circuito de câmeras de segurança.

RELATOR: DEP. PEDRO LUPION

19–PROJETO DE LEI nº 620/12

Autor: Dep. Fernando Scanavaca

Altera o Artigo 1º da Lei nº 14.855/05 (Dispõe sobre padrões técnicos de qualidade nutricional, a serem seguidos pelas lanchonetes e similares, instaladas nas escolas de ensino fundamental e médio, particulares e da rede pública).

RELATOR: DEP. PEDRO LUPION

****NOTA SOBRE A LEI EM DEBATE:**

LEI N. 14.855/05. Súmula: *Dispõe sobre padrões técnicos de qualidade nutricional, a serem seguidos pelas lanchonetes e similares, instaladas nas escolas de ensino fundamental e médio, particulares e da rede pública.*

Art. 1º. *As lanchonetes e similares, instaladas nas escolas de ensino fundamental e médio, particulares e da rede pública, deverão seguir padrões técnicos de qualidade nutricional que assegurem a saúde dos consumidores, de modo a prevenir a obesidade, diabetes, hipertensão, problemas do aparelho digestivo e outros.*

20–PROJETO DE LEI nº 659/12

Autor: Dep. Alexandre Curi

Dispõe sobre o comércio de artigos de conveniência e a prestação de serviços em farmácias e drogarias.

RELATOR: DEP. PEDRO LUPION



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

21–PROJETO DE LEI nº 368/12

Autor: Dep. Gilson de Souza

Dispõe sobre a obrigatoriedade de bancos e agências bancárias no Estado do Paraná, instalarem e oferecerem banheiros sanitários para os seus clientes em atendimento e dá outras providências.

RELATOR: DEP. FERNANDO SCANAVACA

22–PROJETO DE LEI nº 362/12

Autor: Dep. Luciana Rafagnin E Luiz Eduardo Cheida

Dispõe sobre a proibição da tecnologia de incineração para a destinação final de resíduos sólidos urbanos no Estado do Paraná.

RELATOR: DEP. CAITO QUINTANA

23–PROJETO DE LEI nº 633/12

Autor: Dep. Luiz Claudio Romanelli

Denomina sussumo itimura o trecho da PR 442, entre a BR-369 e o Município de Uraí.

RELATOR: DEP. BERNARDO CARLI

24–PROJETO DE LEI nº 39/13

Autor: Dep. Nelson Justus

Dispõe sobre procedimentos licitatórios nas contratações de produtos e serviços que utilizem a matéria -prima papel.

RELATOR: DEP. ALEXANDRE CURI

25–PROJETO DE LEI nº 141/12

Autor: Dep. Péricles de Mello

Institui, no Âmbito do Estado do Paraná, a Política Estadual de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista - TEA.

RELATOR: DEP. CAITO QUINTANA



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

26–PROJETO DE LEI nº 897/11

Autor: Dep. Marcelo Rangel

Acrescenta o § 3º, ao artigo 37, da Lei nº 11.054 de 11 de janeiro de 1995. (reserva legal - Lei Florestal do Estado do Paraná).

RELATOR: DEP. CAITO QUINTANA

****NOTA SOBRE A LEI EM DEBATE:**

LEI N. 11.054/1995. Súmula: *Dispõe sobre a Lei Florestal do Estado.*

Art. 37. *As áreas atualmente revestidas de formações florestais nativas, sem intervenção, em que ocorre o Pinheiro Brasileiro ou Pinheiro do Paraná (Araucária angustifolia), não poderão ser desmatadas de forma a provocar a eliminação permanente dessas florestas, tolerando-se somente a exploração racional desta, observadas as prescrições ditadas pela técnica, com a garantia de permanência dos maciços em boas condições de desenvolvimento e produção.*

§ 1º. *Deverão ser mantidos, a título de porta-sementes e de material genético, o mínimo de dez indivíduos em média por hectare nas áreas remanescentes da exploração.*

§ 2º. *Quando constatada pela autoridade competente a estagnação ou senilidade dos indivíduos remanescentes, os mesmos poderão ser substituídos através de adensamento ou enriquecimento, neste caso com população mínima média de 100 indivíduos por hectare, constatadas sua existência pela autoridade florestal até cinco anos após seu plantio.*

27–PROJETO DE LEI nº 259/11

Autor: Dep. Caito Quintana

Cria o Museu Histórico do Sudoeste do Paraná.

RELATOR: DEP. ELTON WELTER

28–PROJETO DE LEI nº 25/13

Autor: Dep. Gilson de Souza

Concede o Título de Cidadão Honorário do Estado, ao Presidente da Igreja do Evangelho Quadrangular no Paraná Sr. Irineu Rodrigues.

RELATOR: DEP. PR. EDSON PRACZYK



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

29–PROJETO DE LEI nº 483/12

Autor: Dep. Paranhos

Dá nova redação ao Artigo 1º, da Lei nº 11.562/1996, que dispõe sobre a segurança nos caixas eletrônicos e "24 horas" no âmbito do Estado do Paraná.

RELATOR: DEP. BERNARDO RIBAS CARLI

****NOTA SOBRE A LEI EM DEBATE:**

LEI N. 11.562/1996. Súmula: *Dispõe que as instituições financeiras, no âmbito do Estado do Paraná, ficam obrigadas a instalar sistema de filmagem e monitoramento permanentes dentro dos chamados "Caixas Eletrônicos" e "24 Horas", e adota outras providências.*

Art. 1º. *As instituições financeiras, no âmbito do Estado do Paraná, ficam obrigadas a instalar sistema de filmagem e monitoramento permanentes dentro dos chamados "Caixas Eletrônicos" e "24 Horas", e ainda, manter pelo menos um vigilante durante todo o período de seu funcionamento.*

30–PROJETO DE LEI nº 510/12

Autor: Dep. Nelson Luersen

Altera o Município Constante no anexo VII, do plano de aplicação da Lei nº 17.012/2011 (orçamento exercício 2012).

RELATOR: DEP. PÉRICLES DE MELLO

****NOTA SOBRE A LEI EM DEBATE:**

LEI N. 17.012/2011. Súmula: *Estima a Receita e Fixa a Despesa para o exercício financeiro de 2012.*

**PROJETOS COM DILIGÊNCIAS
NÃO RESPONDIDAS NO PRAZO DE 90 DIAS**

31–PROJETO DE LEI nº 372/12

Autor: Dep. Stephanes Junior

Altera dispositivos da Lei nº 13.758, de 10/09/2002, que dispõe sobre fogos de artifício no Estado do Paraná e dá outras providências.

RELATOR: DEP. ALEXANDRE CURI



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

32–PROJETO DE LEI nº 333/12

Autor: Dep. Stephanes Junior

Cria o CEPER - Conselho Estadual de Política Étnico-Racial do Paraná e, dá outras providências.

RELATOR: DEP. PEDRO LUPION

PROJETOS COM RETORNO DE DILIGÊNCIA

33–PROJETO DE LEI nº 341/12

Autor: Dep. Gilberto Ribeiro

Isenta de pagamento para utilização dos banheiros públicos pessoas maiores de 60 anos.

RELATOR: DEP. PEDRO LUPION

34–PROJETO DE LEI nº 457/12

Autor: Dep. Marcelo Rangel

Proíbe a cobrança pelo uso de banheiros instalados nos Shopping Centers e nos Centros Comerciais, situados no âmbito do Estado do Paraná.

RELATOR: DEP. PEDRO LUPION

35–PROJETO DE LEI nº 371/12

Autor: Dep. Osmar Bertoldi

Altera os artigos 1º, 2º, 3º, 4º e 6º e suprime os artigos 5º, 7º e 8º da Lei nº 17.052 de 23 de janeiro de 2012 que "Dispõe sobre a prática de esporte de aventura no Estado do Paraná".

RELATOR: DEP. PR. EDSON PRACZYK

****NOTA SOBRE A LEI EM DEBATE:**

LEI N. 17.052/2012. Súmula: *Dispõe sobre a prática de esporte de aventura no Estado do Paraná.*

Art. 1º. *A promoção do esporte de aventura no Estado do Paraná, como atividade comercial ou atividade coletiva de recreação e lazer, de caráter público ou privado, observará o disposto nesta Lei.*

Parágrafo único. *Para os fins desta Lei, consideram-se esporte de aventura as modalidades esportivas de recreação que ofereçam riscos controlados à integridade física de seus praticantes e exijam o uso de técnicas e equipamentos especiais.*

Art. 2º. *A prática dos esportes de aventura pautar-se-á pela preservação da integridade física de seus praticantes, observado ainda o controle dos impactos da atividade sobre o meio ambiente e as comunidades envolvidas.*

Art. 3º. *São requisitos para a promoção do esporte de aventura, nos termos da legislação em vigor:*



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

- I** - autorização do Corpo de Bombeiros Militar para a realização da atividade;
- II** - autorização do órgão competente para a utilização de locais públicos ou privados para a realização da atividade;
- III** - responsabilização técnica do profissional habilitado pela atividade;
- IV** - utilização de equipamentos e técnicas adequadas à atividade;
- V** - acompanhamento das atividades por monitores habilitados;
- VI** - prestação de primeiros socorros no local onde se realize a atividade, se necessário;
- VII** - condições de resgate da vítima, em caso de acidente.

Parágrafo único. Os equipamentos utilizados na prática de esportes de aventura devem apresentar certificado de qualidade expedido pelo órgão responsável em nível estadual ou federal.

Art. 4º. Fica o promotor de esportes de aventura obrigado a:

- I** - colher assinatura dos praticantes em termo de responsabilidade, no qual constem as obrigações da operadora, as características da atividade contratada e os riscos a ela inerentes;
- II** - divulgar publicamente, nos locais onde atue, as informações necessárias ao seguro desenvolvimento de suas atividades.

Art. 5º. As agências de turismo que operam com esporte de aventura deverão obter licenciamento específico para o exercício da atividade, nos termos desta Lei e de seu regulamento.

Art. 6º. Na prática de esporte de aventura deverão ser observadas, além do disposto na legislação pertinente e em seu regulamento, as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.

Art. 7º. As concessões para o funcionamento das atividades esportivas de que trata esta Lei serão anuais, sendo exigidas, para sua renovação, vistoria do material utilizado e atualização de cadastro dos profissionais envolvidas na atividade.

Art. 8º. O descumprimento do disposto nesta Lei sujeita o infrator às seguintes sanções, nos termos do regulamento:

- I** - multa;
- II** - suspensão temporária da atividade;
- III** - interdição total ou parcial do estabelecimento ou da atividade;
- IV** - cassação da licença do estabelecimento ou da atividade.

Art. 9º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETOS DE UTILIDADE PÚBLICA

36–PROJETO DE LEI nº 514/12

Autor: Dep. Mara Lima

Declara de Utilidade Pública o Serviço de Assistência Social o Manancial, com sede e foro no Município de São João do Ivaí.

RELATOR: DEP. FERNANDO SCANAVACA



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

37–PROJETO DE LEI nº 595/12

Autor: Dep. André Bueno

Declara de Utilidade Pública a Associação dos Criadores de Ovinos e Caprinos do Oeste do Paraná, com sede e foro no Município de Cascavel.

RELATOR: DEP.FERNANDO SCANAVACA

38–PROJETO DE LEI nº 34/13

Autor: Dep. Enio Verri

Declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Pais e Amigos dos Surdos de Ibiporã, (APASI), com sede e foro no Município de Ibiporã.

RELATOR: DEP.FERNANDO SCANAVACA

39–PROJETO DE LEI nº 580/12

Autor: Dep. Teruo Kato

Declara de Utilidade Pública o Conselho de Secretários Municipais de Saúde do Paraná – COSEMS/PR, com sede e foro no Município de Curitiba.

RELATOR: DEP.FERNANDO SCANAVACA